

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

DIFICULDADES DE ACESSO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO CAMPO ACADÊMICO

DIFICULTADES DE ACCESO DE TRAVESTIS Y TRANSEXUALES AL ÁMBITO ACADÉMICO

Emanuel de Jesus Carvalho Neto¹

Marcelo de Carvalho Silva²

RESUMO

A população LGBTQIA+ é o tema deste estudo, delimitando-se o mesmo ao acesso de estudantes transexuais e travestis no ensino superior. O estudo objetiva descrever sobre os fatores que favorecem à descontinuidade no ensino superior por essa clientela. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa com base na Revisão de Literatura. Faz-se uma breve abordagem sobre a transexualidade em uma sociedade patriarcal capitalista; transfobia em seus aspectos globais e suas consequências para a vida da população trans; fatores que favorecem à descontinuidade de travestis e mulheres trans no ensino superior. A realidade presente no ambiente acadêmico referente aos travestis e pessoas trans, urge um repensar sobre essa (a)normalidade que permeia o cotidiano de alunos e professores de forma que o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, seja garantida.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Travestis. Pessoas trans.,

RESUMEN

La población LGBTQIA+ es objeto de este estudio, limitándolo al acceso de estudiantes transexuales y travestis a la educación superior. El estudio tiene como objetivo describir los factores que favorecen la discontinuidad en la educación superior entre esta clientela. Esta es una investigación cualitativa basada en la Revisión de la Literatura. Se hace una breve aproximación a la transexualidad en una sociedad capitalista patriarcal; la transfobia en sus aspectos globales y sus consecuencias para la vida de la población trans; factores que favorecen la discontinuidad de travestis y mujeres trans en la educación superior. La

¹ Bacharel em Direito - Estácio Graduando em Letras/Português - UFMA Pós Graduando em Direito Eleitoral - ESA/OAB Mediador Extrajudicial - Reconcilie Professor da rede Municipal de Vargem Grande Professor de Instituto Técnico - Vale do Munim

² Graduado em Filosofia – UFMA. Graduado Direito – Estácio. Pós-graduado em Direito Constitucional - Faculdade Focus. Perito Judicial - TJ / MA. Atualmente, Assessor Parlamentar (Câmara Municipal / São Luís / MA)

realidad presente en el ámbito académico respecto de las personas travestis y trans exige repensar esta (a)normalidad que permea el cotidiano de estudiantes y docentes para que se garantice el acceso y permanencia de estudiantes transexuales y travestis en la educación superior.

Palabras clave: Educación. Enseñanza superior. Travestis. Personas trans.

1 INTRODUÇÃO

A população LGBTQIA+ vem sofrendo inúmeras violações em seus direitos como seres humanos, e um deles, é a falta de garantia de concluir um curso de graduação superior. Tal situação vem se agravando dia a dia, apesar de haver legislações que dão a essa população o direito de estudar e frequentar uma escola, seja ela da Educação Básica ou de Nível Superior.

A inaceitabilidade de travestis e pessoas trans nas universidades é uma realidade que merece ser discutida por todos os que fazem parte das instituições de ensino superior como também por todos os segmentos da sociedade brasileira, uma vez que trata-se de um assunto que está longe de ser entendido e superado, indo bem mais além da vida acadêmica, pois, tal situação depende de diversos fatores atrelados à permanência e/ou descontinuidade do aluno na sala de aula.

O espaço acadêmico, entretanto, acaba produzindo desigualdades que trazem sentimento de insegurança, medo, e o pior, essas emoções são produzidas por comportamentos de intolerância visíveis em gestos, falas, atitudes que exprimem rejeição aos travestis e pessoas trans. Diferenças culturais e de gênero se produzem dentro do ambiente das IES a partir de um modelo padrão que deve ser seguido, o qual por sua vez é definido como normal e natural, como no caso de ser homem ou mulher, e o que for "diferente" faz com que os sujeitos se reconheçam ou não nesse modelo.

O comportamento do professor em relação a aceitação e respeito por alunos travestis e mulheres trans se mostra como um fator desfavorável para coibir a violência física e psicológica sofrida por esse segmento da população, mostrando-se como fator relevante para que haja a descontinuidade nos cursos de graduação superior

Em um estudo realizado em 2017 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), revelou que 0,02 da população de travestis e trans conseguiram ingressar em cursos de graduação superior, apresentando baixíssima representatividade. Sem dúvida, um

cenário que necessita ser mais explorado uma vez que a dificuldade de acesso, e a não permanência dessa população nas universidades, culmina com o não cumprimento do artigo 205 da Constituição federal brasileira.

Considera-se o estudo relevante haja vista que existem poucas pesquisas sobre a temática relacionando a população travesti e transexual no âmbito das universidades maranhenses, sendo esse um debate que deve ser incluído nos espaços acadêmicos, com vistas a analisar e refletir sobre os fatores sociais e culturais que influenciam na descontinuidade de alunos travestis e mulheres trans no Ensino Superior.

A metodologia utilizada para a construção deste estudo foi a Revisão de Literatura baseada em uma abordagem qualitativa, sustentada em textos selecionados em artigos científicos, revistas de educação disponibilizadas em sites na Internet cujo conteúdo continham temas referentes aos objetivos do estudo.

A partir do contexto acima, este estudo tem como objetivo descrever sobre aspectos que denotam exclusão da população LGBTQIA+ e os fatores que favorecem à descontinuidade no ensino superior por travestis e mulheres trans.

2 A TRANSEXUALIDADE EM UMA SOCIEDADE PATRIARCAL CAPITALISTA

A sociedade brasileira apresenta traços de patriarcalismo em sua formação, onde é possível entender, através da história, um ambiente de poder, dominação e exploração, produzido e reproduzido através dos tempos incluindo as relações sociais, sexo e gênero e, segundo Nascimento e Silva (2015) o patriarcado tem marcas profundas na organização da família monogâmica, determinando os papéis de atuação social culturalmente impostos, tendo como principais pilares a condição sexual ou identidade de gênero desenvolvidos diferentemente por homens e mulheres.

Sobre essa questão Engels (1979) afirma que: "... o primeiro antagonismo de classe da história coincide com a incompatibilidade entre homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino".

Para Cisne (2014) o termo patriarcado vem de duas palavras gregas: *pater* (pai) e *arke* (origem e comando), ou seja, significa autoridade do pai, favorecendo a autoridade masculina sobre a feminina ou sobre outro gênero.

Entende-se por gênero, como identidade (étnica, sexual, gênero, classe) que constituem as pessoas, onde os elementos sociais e culturais contribuem para a formação da uma sociedade. Entretanto, sobre essa questão, Jesus (2013) reporta “o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente”. Para esse autor, a identidade de gênero não está atrelada ao sexo biológico e sim à afinidade do ser com os gêneros masculino e feminino, ou seja, isso é determinado a partir de como a pessoa se sente, se identifica, se situa no mundo e passa a ser diferente do estereótipo determinado pela sociedade.

Para Lima e Xavier Filha (2017) é essa diferença sentida e vivida por travestis e pessoas trans que influencia na aceitação dessa população no ambiente educacional, pois a referência tradicional que se tem é de “homem branco, heterossexual, classe média, e cristão”. Essa referência promove a exclusão da pessoa que difere desse padrão aceito pela sociedade.

Ainda segundo os supracitados autores, se auto afirmar como travesti ou transexual em um sistema patriarcal é mais que um ato de coragem, significa reconhecer-se e posicionar-se contra o sistema “tradicional” e viver sua vida com todos os seus direitos.

Historicamente, Lima (2020), esclarece que a palavra travesti é visto como um termo pejorativo ligado ao pecado, à prostituição, à criminalidade, marginalidade, e/ou que representa alguma patologia. De uma certa forma, os travestis ou pessoas trans, acabam trabalhando na prostituição, haja vista que o preconceito as levam a buscar formas de sobrevivência nada convencionais, e, prostituir-se é um desses meios.

Sagrillo (2017) destaca que é comum associar a imagem dessas pessoas à baixa escolaridade e baixa renda, exigindo intervenção de instituições que abraçam a causa LGBTQIA+, no sentido de promover dignidade a travestis e pessoas trans.

“Nessa perspectiva, transexuais e travestis são excluídas/os de ambientes sociais e de terem os direitos fundamentais garantidos, por serem associados ao pecado, à marginalidade e à patologia” (LIMA; MACIEL, 2023, p 9).

Segundo Marinho (2018) no sistema patriarcal o machismo e o sexismo, apresentam-se como influenciadores dos binarismos de gênero e da herenormatividade, que também influenciam para homofobia, Lgbtfobias, onde o corpo e o gênero são alvo de violências físicas e psicológicas, pois fogem dos padrões de gênero e sexualidade, os quais afrontam o patriarcado.

Para sociedade brasileira qualquer outra forma de identidade que fuja do padrão é considerada desvio de conduta e é nesse cenário que a heteronormatividade separa os indivíduos (homem – mulher), em que os travestis e pessoas trans, enfrentam essa ideologia errônea de ver as pessoas apenas como o sistema patriarcal definiu e aceita culturalmente.

3 TRANSFOBIA EM SEUS ASPECTOS GLOBAIS, E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A VIDA DA POPULAÇÃO TRANS

A transfobia, segundo Abilio (2016), define-se como discriminação contra pessoas travestis e transexuais, a partir de um tratamento desigual, injusto, embasado em preconceito e exclusão, materializada em ações de violência física, psicológica, e, assassinatos.

A violência e os crimes contra a população LGBTQIA+ trata-se de um tema que se tornou alvo de debates constantes entre governo e sociedade uma vez que o registro de crimes contra esse segmento da população vem aumentando diariamente em um ritmo assustador. Convive-se com o termo homofobia que figura como a denominação de crimes oriundos do preconceito e da discriminação contra pessoas que apresentam orientação sexual diferente do que foi concebido como padrão que é formar pares homem com mulher e mulher com homem.

Essa polêmica sobre a diferença entre pessoas heterogêneas ou não sexualmente, vem desde os primórdios, e, somente a partir do século XIX os movimentos políticos internacionais tiveram a iniciativa de promover ações para garantir direitos à população homossexual. Porém, foi após a segunda guerra mundial que grupos intensificaram a organização e mobilização para combater, ainda que de forma discreta e pouco intrusiva, a discriminação e o preconceito a esses indivíduos.

No Brasil os direitos do ser humano estão garantidos na Constituição Federal de 1988, onde em seu art. 6º parte III, diz; “O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei, ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida”. (BRASIL, 1988).

Os dados sobre violência contra travestis e pessoas trans, se mostram bastante elevados, porém, a subnotificação de casos reforça a importância de computar os registros sendo essa uma importante ferramenta na construção de estatísticas reais, que, com certeza, irão impactar na forma de combate à violência transfóbica em nossa sociedade.

No ano de 2022, segundo dados da ANTRA, o Maranhão registrou 06 (seis) casos de violência letal contra pessoas LGBTQIA+, em que 05 (cinco), foram vítimas de crime de homicídio (83,33%) e 01 (caso) caso, morte por suicídio (16,67%), cujo fator para esse evento foi a discriminação sofrida pela pessoa trans em seu meio social (BENEVIDES, 2024).

Ainda segundo dados do Dossiê ANTRA (2024), a homofobia se retrata em assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023, comparando-se os anos de 2022 e 2023, observando-se um aumento de 10,7% no número de assassinatos contra pessoas trans, passando de 131 em 2022 para 145 em 2023 (BENEVIDES, 2024).

Quanto ao número de assassinatos por homofobia em 2023, foram mapeados 145 enquadrados no perfil LGBTQIA+ revelando um aumento de 10,7% em relação a 2022. Cinco desses assassinatos foram cometidos contra pessoas trans, defensoras de direitos humanos. Registrou-se 136 assassinatos contra travestis e mulheres trans/transexuais e 9 contra homens trans e pessoas transmasculinas (BENEVIDES, 2024).

A violência contra pessoas trans e travestis se faz também de forma bem agressiva no ambiente educacional - desde a Educação Básica ao Ensino Superior - onde os estudantes sentem-se coagidos pelos alunos e professores “héteros” que se acham no direito de não aceita-los na mesma sala de aula que eles. A não aceitação da realidade são decorrentes das rígidas normas culturais de uma sociedade patriarcal e machista, que até hoje contribuem para a exclusão de alunos trans e travestis de frequentar a sala de aula como todos.

A transfobia é um crime que transita no meio de travestis e pessoas trans cotidianamente, em todos os ambientes, e, no ambiente educacional, não é diferente, sendo um desafio para estudantes de todas as faixas etárias desde a Educação Básica até o Ensino Superior. Assumir o “diferente” é sinônimo de “coisa anormal, engraçada, fora dos quadros”, termos esses usados por uma sociedade culturalmente machista e heteronormativa (RODRIGUES, 2023).

No ambiente das universidades, a transfobia é também exercida por professores, onde a maioria não tem conhecimento e nem preparo para lidar e/ou conviver com travestis e pessoas trans, levando o professor a se comportar de forma transfóbica com esses alunos, favorecendo o desrespeito por parte de outros alunos héteros.

Entende-se que é no contexto educacional que o professor tem a função de promover a inclusão, favorecendo a empatia, o respeito e a aceitação, contribuindo para que alunos travestis e transexuais permaneçam até o final do seu curso. Entretanto, o sistema educacional brasileiro não está preparado para práticas inclusivas, principalmente no que se refere a travestis e pessoas trans, demonstrando e favorecendo atitudes e práticas transfóbicas.

A frequência de travestis e pessoas trans no ambiente universitário é quase impossível, pois, conviver com o preconceito cotidianamente é um martírio que nem todos estão dispostos a enfrentar. A transfobia presente nas universidades é algo real e que traz riscos à vida dessa população em virtude da vulnerabilidade social a que estão expostas.

4 FATORES QUE FAVORECEM À DESCONTINUIDADE DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS NO ENSINO SUPERIOR

Quando um travesti ou mulher trans adentra na escola é logo alvo de insultos e piadinhas e a violência social vivida se torna (in)visível e velada por conta desse comportamento por parte dos alunos e também de professores. Para um adolescente, jovem ou mesmo adulto, essa é uma experiência traumática e marcante, e isso se torna ainda mais evidente quando a pessoa diz seu nome social na classe – ou seja, o nome pelo qual essas pessoas se identificam e gostariam de ser identificadas. A estranheza, o deboche, a indiferença e o desrespeito sobre esse direito, é um dos fatores que contribuem para alunos travestis e mulheres trans deixem de frequentar o ambiente educacional e acadêmico (SALES, 2018).

A invisibilidade é também praticada por professores, e funcionários da universidade diante da conduta dos colegas e não reagem aos insultos e piadinhas direcionados aos travestis e pessoas trans. A realidade mostra que a omissão dos professores ou a prática de ignorar esses alunos, se recusando a chamá-los pelo nome social, só contribui para que eles se sintam excluídos e abandonem o estudo (Focault, 1979 apud BRASÃO; DIAS, 2021).

A frequência acadêmica e o rendimento de travestis e pessoas trans são prejudicados pela exclusão proferida pelo desrespeito de todos no ambiente acadêmico e segundo Junckes e Silva (2009) “para alguns é o exercício de um direito, para outros pode ser uma tortura diária compulsória”.

Como principais desencadeadores do fracasso ou desistência de travestis e pessoas trans de continuar a graduação superior é o comportamento hostil e até agressivo dos professores para com esses alunos. Algumas falas de alunos retratam essa hostilidade e os impactos que trazem na vida das pessoas.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisas demonstram que a discriminação, o preconceito e a violência de travestis e pessoas trans, se mostram com bastante evidência. A consequência desse comportamento avesso à transexualidade traz consequências graves para essa população que se sente enjeitada, excluída, discriminada e com isso, deixa de frequentar

a universidade. A consequência desse abandono é a exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho pois, uma vez sem qualificação, tendem a sujeitar-se a subempregos, trabalhar na informalidade, o que é mais cruel, viver de prostituição (ANDRADE, 2020).

Outro fator determinante para a desistência de travestis e pessoas trans de cursos de graduação, é o discurso religioso que influencia as pessoas a discriminarem essa população, alegando que *“ser travesti e trans é pecado, estão no inferno, etc”*. Esses discursos fazem parte de uma nova “onda conservadora” que se mostra como fio condutor de exclusão e, ódio e transfobia. Nos enunciados dos acadêmicos encontra-se dois sentidos nos discursos religiosos: “um mais empático com travestis e transexuais, do amor como merecimento, apesar de ainda existir uma hierarquia de poderes...” (SADECK, 2009).

Cabe aqui destacar que a Resolução Nº 02/202357 do Conselho Nacional pelos Direitos da população LGBTQIA+ recebeu ataques no que tange à garantia de direitos de pessoas travestis e pessoas trans às instituições de ensino (acesso e permanência), numa demonstração do tamanho da rejeição aos direitos dessas pessoas, onde entendemos que é extremamente necessário unir forças para combate a transfobia e assegurar a livre expressão de identidade de gênero (HAMZE, 2024)

A falta de estrutura emocional, psicológica, habilitação do professor e funcionários para lidar com alunos travestis e pessoas trans, se mostra como desencadeador de desistência, evasão escolar, fracasso e atraso na escolaridade, o que contribui para que essas pessoas busquem outros meios de sobrevivência como a prostituição, pois não conseguem preparar-se para o mercado de trabalho. Um problema que se torna um desafio para as esferas federal, estadual e municipal, daí ser um tema que vem “ocupando representatividade nos discursos de especialistas da educação, onde mostram que as políticas públicas, até aqui elaboradas e postas em prática, tem se mostrado inoperantes para reverter o quadro” (BRAZÃO; DIAS, 2021)

O comportamento do professor em relação a aceitação e respeito por alunos travestis e mulheres trans se mostra desfavorável para coibir a violência física e psicológica sofrida por esse segmento da população, mostrando-se como fator relevante para que haja a descontinuidade nos cursos de graduação superior.

O desconhecimento pela causa, aumenta a violência voltada à comunidade trans dentro das universidades, uma vez que professores e funcionários não estão aptos a lidar com essa problemática e, muito menos, entender como essa população se sente dentro do ambiente escolar.

Concorda-se com Paulo Freire (1996), que, ao se admitir uma função transformadora e compreender as mudanças da sociedade, é possível intervir de modo positivo, justo com igualdade de oportunidades para todos. Corroborando Sadek destaca que a democracia e a cidadania só tem a ganhar a partir de conquistas que expressam essa igualdade de direitos.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa demonstrou que a transexualidade no Ensino Superior se mostra de forma bem negativa recheada de discursos e atitudes desrespeitosas, onde a grande maioria das pessoas se mostra indiferente aos direitos de travestis e pessoas trans contribuindo para que suas identidades sejam violadas.

A realidade presente no ambiente acadêmico referente aos travestis e pessoas trans, urge um repensar sobre essa (a)normalidade que permeia o cotidiano de alunos e professores, inserida de forma compulsória pelos contextos sociais, onde o “correto” marca a heterossexualidade e os binarismos como gênero masculino e feminino, onde pensar na diversidade e na pluralidade das expressões de gênero, ainda é visto como algo impossível, pecaminoso, e merece ser combatido.

Conclui-se que existem fatores que alimentam o preconceito, a invisibilidade dos travestis e pessoas trans enquanto serem humanos e cidadãos, como comportamentos e atitudes como piadas, pilhérias, apelidos, violência física e psicológica, que excluem esses alunos e os prejudica quanto à descontinuidade da graduação superior, fazendo-se urgente e necessário a criação de projetos e programas pedagógicos envolvendo toda a equipe acadêmica para que possam compreender o gênero enquanto construção social e política, cumprindo-se assim um dos princípios básicos da sociedade mundial “a garantia dos direitos a todos os cidadãos”.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Adriana Galvão Moura. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. **Revista Hispeci & Lema On-Line**, v. 7, n.1, 2016.

ANDRADE, Vinicius Novais Gonçalves de et al. **Preconceito e discriminação contra travestis e transexuais no ensino superior**: uma proposta de análise de discurso. Artigo original. 8º Pesquisador. Disponível em: < <https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp->

<content/uploads/sites/2/2020/07/PRECONCEITO-E-DISCRIMINA%C3%87%C3%83O-CONTRA-TRAVESTIS-E-TRANSEXUAIS-NO-ENSINO-SUPERIOR-uma-proposta-de-an%C3%A1lise-de-discurso.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais . **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, 2018.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. **ANTRA** (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais), Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 03 de março de 2024.

BRAZÃO, J. P. G.; DIAS, A. F. O que dizem os estudantes sobre papel de gênero: um estudo comparativo na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade da Madeira. **Nuances Est. Sobre Educ.**, Presidente Prudente, v. 32, jan./dez. 2021.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo, 2014.

ENGELS, F. Caracteres da monogamia. In: _____; MARX, K.; LÊNIN, V. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, Col Bases, v. 7, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAMZE, Amélia. **O direito educacional e o direito à educação**. Canal do educador. Brasil Escola. Publicação em 2024. disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-direito-educacional-direito-educacao.htm>.

<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30281>. Acesso em: 17 de abril de 2024. .

JESUS, J. G. Crianças trans: memórias e desafios teóricos. In: Seminário internacional enlaçando sexualidades, 3., 2013, **Anais** Salvador: Uneb, 2013.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: Um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Didáticas Específicas**, v. 1, 2009.

LIMA, Tatiane; MACIEL, Carina Elisabeth. O campo acadêmico da política educacional e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. *Revista Educação Online*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 43, mai.-ago. 2023.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 77, dez , 2020.

LIMA, T. S.; XAVIER FILHA, C. O fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no Gt-23 da Anped, no período de 2005 a 2015. **InterMeio: Revista do**

Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 23, n. 46, 2017.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2018.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Patriarcado, capitalismo e opressão de gênero: notas sobre travestis privados de liberdade no Ceará. VII jornada Internacional de Políticas Públicas. De 25 a 28 de agosto de 2015. **Anais...** Disponível em; < <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/patriarcado-capitalismo-e-opressao-de-genero-notas-sobre-travestis-privados-de-liberdade-no-ceara.pdf>> Acesso em 01 de março de 2024.

RODRIGUES, Naomí Costa Rodrigues. **Passabilidade e possibilidades**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023,

SADEK, Maria T. Acesso à justiça: porta de entrada para a inclusão social. In LIVIANU, R., (Coord). **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

SAGRILLO, Daniel Duarte. **Jovens transgêneros**: percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2017.

SALES, Adriano Barbosa. **Travestis brasileiras e escolas (da vida)**: cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Estadual Paulista, 2018.